

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

YANN NOGUEIRA MATEUS COSTA

**SERRA DO CURRAL, INICIATIVA PRIVADA E PODER PÚBLICO: AS PROPOSTAS DE
TOMBAMENTO E OS CONFLITOS TERRITORIAIS**

Viçosa – Minas Gerais
2022

YANN NOGUEIRA MATEUS COSTA

**SERRA DO CURRAL, INICIATIVA PRIVADA E PODER PÚBLICO: AS PROPOSTAS DE
TOMBAMENTO E OS CONFLITOS TERRITORIAIS**

Monografia apresentada sob orientação do professor Leonardo Civalle (DGE/UFV) como exigência para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Viçosa - Minas Gerais

2022

YANN NOGUEIRA MATEUS COSTA

**SERRA DO CURRAL, INICIATIVA PRIVADA E PODER PÚBLICO: AS PROPOSTAS DE
TOMBAMENTO E OS CONFLITOS TERRITORIAIS**

Monografia apresentada sob orientação do professor Leonardo Civalle (DGE/UFV) como exigência para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Leonardo Civalle
Departamento de Geografia - UFV
(Orientador)

Profa. Dra. Marilda Teles Maracci
Departamento de Geografia - UFV
(Examinadora)

Prof. Dr. Gustavo Iorio
Departamento de Geociências - UFJF
(Examinador)

“A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância”

Mahatma Gandhi

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Universidade Federal de Viçosa, instituição que me proporcionou cinco anos de estudo, encontros e desencontros que me fizeram chegar neste destino percorrendo a trajetória que tracei até aqui. Meus professores, colegas de turma e demais entes que me acompanharam nesse percurso possuem papel importante nessa jornada.

Também agradeço aos meus familiares, com destaque ao meu querido pai, que, desde 2014, possui o papel de pai e mãe. Meus pais, até o momento em que minha mãe se encontrava encarnada, me incentivaram a focar-me na minha vida de estudos, para ajudar a mudar esse mundo de alguma forma. Com o falecimento de minha mãe, coube ao meu pai cuidar e orientar seu filho único que hoje chega ao final de sua graduação.

Também deixo meu agradecimento a todas as pessoas e entidades que, de alguma forma, conseguiram contribuir com a escrita desta Monografia. Foram longos cinco anos de exposição a tantos caminhos e escolhas, que, ao final do curso, culminaram neste trabalho. Ficam registrados os meus mais sinceros agradecimentos!

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1.	19
Imagem 2.	20
Imagem 3.	21
Imagem 4.	22
Imagem 5.	25
Imagem 6.	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONEP	Conselho Estadual do Patrimônio Cultural
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CSMT	Complexo Minerário Serra do Taquaril
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESCO	Organização nas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 UMA ANÁLISE CONTEXTUAL DO TEMA.....	11
2.1 A Serra do Curral e sua importância na paisagem de Belo Horizonte.....	11
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3.1 Coleta de dados.....	15
3.2 Análises.....	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1 As duas propostas de tombamento.....	17
4.2 Os conflitos territoriais.....	23
4.3 Os interesses políticos.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
6 REFERÊNCIAS.....	32

RESUMO

Nos últimos anos, o estado de Minas Gerais vem apresentando uma tendência muito grande para a liberação da mineração em seu território. O governo eleito em 2018 e que foi reeleito em 2022 possui vínculos ideológicos e comerciais com empresas que visam à mineração no estado. Sendo assim, esse trabalho estudou uma área localizada entre as cidades de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, que também é o local onde se encontra a Serra do Curral, um desdobramento da Serra do Espinhaço. Esse recorte espacial apresenta o interesse de empresas, como a Taquaril Mineração S/A (Tamisa), para a exploração de ferro e bauxita. Entretanto, sendo a Serra do Curral uma região com laços culturais e ambientais locais muito fortes, entidades que buscam a sua proteção vêm denunciando a maneira acelerada que as empresas se aproximam na serra no intuito de explorá-la. O IEPHA, por exemplo, possui uma proposta de tombamento para o local onde a área que a empresa Taquaril deseja explorar ficaria protegida pelo tombamento. Enquanto isso, A FIEMG também possui outra proposta de tombamento que se assemelha muito à proposta do IEPHA, entretanto, exclui da proposta exatamente a área que a Tamisa deseja explorar. Isso fez com que diversos embates públicos surgissem em diversas instâncias, no intuito de proteger ou liberar a mineração. As disputas territoriais surgiram exatamente pelo interesse que, de um lado visa preservar e, do outro, visa explorar. O estado de Minas Gerais vem demonstrando posicionamentos favoráveis à exploração, uma vez que possui vínculo estreito com algumas empresas do ramo, o que intensifica ainda mais as disputadas na região. Sendo assim, esse trabalho apresentou como resultado a presença de conflitos territoriais que se intensificam na paisagem da Serra do Curral, bem como a presença de uma rede de interesses políticos e econômicos por trás das propostas de tombamento para a serra, sendo necessária a ampla divulgação desses acontecimentos para todos os envolvidos nessa localidade.

Palavras-chave: mineração, Serra do Curral, conflito territorial.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o surgimento de diferentes propostas de tombamentos na Serra do Curral-MG nos últimos cinco anos (2018-2022), mais especificamente na área que recobre as divisas entre os municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, uma comparação entre essas propostas, bem como suas interferências na paisagem da serra se faz necessário. O governo eleito em 2018 e que foi reeleito em 2022 possui vínculos ideológicos e comerciais com empresas que visam à mineração no estado. O território em análise nesse trabalho traz consigo uma apreciação de empresas ligadas à mineração, como a Taquaril Mineração S/A (Tamisa), cujo interesse é a exploração de ferro e bauxita. Porém, assim como o mercado se interessa pela Serra, setores ambientalistas e patrimonialistas também possuem interesse nesse território, com o intuito de protegê-lo.

O IEPHA e a FIEMG possuem propostas semelhantes de tombamento para a serra, entretanto, a proposta da FIEMG exclui uma área da serra da proposta, sendo esta área exatamente a área que a Tamisa deseja explorar. A forma de uso e apropriação dessa empresa se dá através do Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril, e tem fundamentação na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Isso fez com que os debates sobre essas propostas ganhassem força. As disputas territoriais surgiram exatamente pelo interesse que, de um lado visa preservar e, do outro, visa explorar. O estado de Minas Gerais vem demonstrando posicionamentos favoráveis à exploração, uma vez que possui vínculo estreito com algumas empresas do ramo, o que intensifica ainda mais as disputadas na região.

A serra, além de apresentar uma diversidade ambiental importante (abrangendo os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado), também apresenta diferentes usos, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista cultural e social. Tais propostas de tombamento nessa região estão atreladas às diferentes práticas sociais e econômicas com diferentes interesses, que vão desde a sua função cultural até o interesse da mineração. Vale ressaltar também que a Serra do Curral faz parte da Serra do Espinhaço, onde esta última possui o título de Reserva da Biosfera pela UNESCO.

Tendo em vista essas caracterizações feitas, esse trabalho levantou as duas diferentes propostas de tombamento na serra e relacionou-as com a paisagem cultural da Serra do Curral para demonstrar como a atuação de diferentes atores pode descaracterizar a serra. Caso isso venha a acontecer, a UNESCO pode retirar o título da Serra do Espinhaço, o que seria uma vergonha mundial.

Tal trabalho é de grande importância para mim uma vez que venho estudando e trabalhando com questões ligadas ao patrimônio e a preservação do meio ambiente. Sendo assim, essa discussão sobre a Serra do Curral possui essas duas perspectivas em cena, o que torna este tema muito caro e importante para a continuidade das minhas pesquisas e dos meus estudos. Entender como a patrimonialização da Serra do Curral vem sendo desenhada por diferentes esferas e agentes, bem como tais propostas podem conservar ou destruir o meio ambiente presente na serra é de fundamental importância acadêmica e social. Foi no bojo dessas discussões que me interessei por seguir e me empenhar nessa pesquisa, tentando compreender ainda mais as discussões que giram ao entorno da serra.

Uma vez que a questão da Serra do Curral está em foco nos noticiários e no debate público, em diversas escalas e esferas, um olhar geográfico também precisa ser levado em conta. Compreendendo a paisagem como um produto cultural e, ao mesmo tempo, natural, uma vez que foi criada fisicamente pela natureza e significada e interpretada pelo homem através da sua relação e sua experiência/vivência com a mesma, entender como essa paisagem se modificada através dos agentes e autores distintos que nela agem é fundamental dentro da Geografia e do seu estudo acerca desse conceito (BESSE, 2006).

Outro ponto importante a se destacar é a presença de uma rede de interesses que se manifesta a partir da relação de parentesco e aproximações políticas/partidárias entre alguns dos agentes envolvidos. Um dos sócios da Tamisa, Guilherme Machado, é primo da presidente do IEPHA, Marília Machado (O TEMPO, 2022). Também consta no quadro de diretores e sócios da Tamisa um filiado ao Partido Novo, que também é o partido do Governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema, cuja campanha teve 11% de seu faturamento vindo da mão de mineradoras. E também vale destacar que o prefeito de Nova Lima é um ex funcionário da Vale S. A, uma outra mineradora forte em Minas Gerais e no Brasil (UOL, 2022).

Sendo assim, este trabalho irá apresentar, em um primeiro momento, a importância da Serra do Curral, com ênfase na paisagem e suas respectivas interpretações por diferentes óticas para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, com destaque para a capital mineira. Em um segundo momento, as propostas de tombamento serão apresentadas e comparadas, para que seja apontado onde há conflitos territoriais e como a territorialização de cada proposta de tombamento colabora para que esses conflitos existam na serra. Por fim, o trabalho também apontará quais são as redes de interesse por trás das propostas de tombamento, com destaque para a proposta ligada à FIEMG.

2 UMA ANÁLISE CONTEXTUAL DO TEMA

2.1 A Serra do Curral e sua importância na paisagem de Belo Horizonte

A estrutura geomorfológica da Serra do Curral apresenta-se como um importante elemento geográfico da ocupação humana de origem europeia na região central de Minas Gerais. As ocupações culturais e sociais que acarretaram a serra giram em torno das configurações físicas dessa região. Por apresentar uma geomorfologia que orienta a rede hidrográfica, em grande medida, no sentido sul-norte, os cursos dos rios Paraopeba (a oeste) e das Velhas (a leste) influenciam ou colaboram com os rumos de ocupação desse território.

Por se encontrar na área do norte do Quadrilátero Ferrífero (uma estrutura geomorfológica importante do estado de Minas Gerais), as configurações dos solos e dos diferentes biomas (como o Cerrado e a Mata Atlântica) da Serra do Curral e da região que a rodeia colaboraram com formas distintas de uso e ocupação do espaço ao norte e ao sul, fazendo com que ao longo da maior parte de sua história a porção sul dedicou-se à exploração mineral (de ouro e de ferro), enquanto a porção norte voltou-se para a produção agropecuária até a expansão industrial e urbana da segunda metade do século XX. (IEPHA, 2018).

Para a escolha do Arraial de Curral del Rei para que se pudesse construir a nova capital do estado de Minas Gerais as condições e especificações da geografia da região foram significativamente consideradas, com destaque para os recursos hídricos e o relevo mais suave ao norte da Serra do Curral, além, é claro, dos valores estéticos que foram associados à presença da serra como moldura para a nova cidade. Essa configuração é claramente demonstrada pela trajetória dos dois núcleos principais de povoamento que se estabeleceram em sua proximidade: ao sul, o arraial e depois freguesia de Congonhas do Sabará, posteriormente município de Nova Lima; ao norte, o arraial e freguesia de Curral Del Rei, origem do município de Belo Horizonte.

Da década de 1970 em diante, quando é criada a Região Metropolitana de Belo Horizonte, a trajetória dessas cidades passa a ter uma ligação mais efetiva, o que pode ser observado na maneira pela qual cada cidade se apropriou da região onde se encontra a Serra do Curral. Sendo assim, nota-se que, ao se encontrar na região central do estado de Minas Gerais e em uma região onde a exploração de ouro e ferro é antiga, a serra sempre esteve no foco das mais diversas ocupações que ali se instalaram ao longo do tempo. A paisagem da serra não pode ser vista afastando esse fato, como bem aponta o dossiê com a proposta de tombamento para a Serra do Curral elaborado pelo IEPHA.

Como já mencionado, a Serra do Curral localiza-se no epicentro do processo de ocupação do atual Estado de Minas Gerais. De um lado, ela está ligada aos primeiros movimentos de bandeirantes paulistas à caça de metais e pedras preciosas, que tornaram Sabará uma rota importante desde esse tempo. Por outro lado, os seus descobertos de minas de ouro estão entre os primeiros das Minas Gerais, sendo rapidamente regulamentados pelas autoridades coloniais da época.

Para acompanhar a trajetória da evolução das práticas sociais bem como do uso e ocupação da região, serão levantadas três momentos cronológicos, determinadas pelas configurações principais de suas atividades econômicas, mas também das suas transformações político-administrativas. O primeiro período a ser apontado é o que vai desde o início do povoamento e domínio da região por parte dos colonos de origem portuguesa até o início do regime republicano brasileiro. Esse período é considerado o primeiro uma vez que a região pouco viu transformar suas atividades econômicas, bem como suas formas de organização política e social, com o destaque para o predomínio da escravidão nas atividades econômicas da época.

O segundo momento será marcado pela autonomia administrativa, alcançada primeiramente por Belo Horizonte como nova capital de Minas Gerais e, em seguida, por Nova Lima, acompanhadas por progressivas transformações nas suas atividades econômicas. Em consequência dessas autonomias alcançadas, vão se transformando os usos e as apropriações/ocupações ao longo da região que engloba a Serra do Curral e todo o seu entorno urbano e natural.

O terceiro e atual momento será marcado pela criação da RMBH em 1973. Nesse novo contexto, as atividades mineradoras ganham força, através de grandes empresas. Da mesma forma os processos de urbanização na área se expande significativamente, havendo a chamada “conurbação urbana”, onde as urbanizações de cidades distintas se encontram nos limites municipais marcados, sobretudo, pelo transbordamento da ocupação a partir de Belo Horizonte.

Sendo assim, nota-se que a Serra do Curral além de apresentar uma diversidade ecológica, possuindo mais de um bioma inserido ao longo de seu território, também há uma variedade de usos e ocupações humanas. A história da serra demonstra que a sua paisagem se modificou e foi ressignificada diversas vezes, possuindo um papel importante na própria história de Minas Gerais de do povo mineiro, fazendo ecoar discursos patrimonialistas que visam o tombamento da mesma.

Vale destacar também que a cidade de Belo Horizonte possui um marco importante na sua modernização, que é na década de 1940, sob o governo municipal de Juscelino Kubitschek, como aponta BAHIA (2011). Foi nesse momento da história que o povo de Belo Horizonte, com aval da administração da época iniciou um processo para o reconhecimento da história da cidade, valorizando aspectos do passado e do presente. Sobre isso Denise Marques Bahia diz que foi na:

[...] criação do conjunto arquitetônico da Pampulha e do Museu Histórico de Belo Horizonte (MHBH), na administração municipal de Juscelino Kubitschek, as condições sócio-históricas em que se desenvolveu o processo constitutivo das noções de identidade nacional e patrimônio cultural, e da consolidação da arquitetura moderna brasileira (1917-1945). (BAHIA, 2011).

A cidade se expandiu para o norte, com uma arquitetura moderna, sob influência de Oscar Niemeyer e, ao sul, valorizou elementos da arquitetura antiga, onde a memória e a preservação da história era elemento importante para a orientação da arquitetura. Um casarão antigo, por exemplo, da época em que existiu o Arraial de Curral del Rei, virou um lugar reconhecido onde se preservava a memória urbana da cidade. (BAHIA, 2011).

A autora aponta que o ex-presidente Juscelino Kubitschek possuía um discurso orientado para o modernismo, tentando trazer isso para a arquitetura e planejamento urbano da cidade de Belo Horizonte. Esse discurso se materializava com as obras e o empenho, também modernista, de Oscar Niemeyer, que contribuiu fortemente nesse planejamento e em parte da arquitetura da capital mineira.

Cristiano Alencar Arrais cita também Aarão Reis como outro importante ator na construção da capital mineira, fundada no final do século XIX. O autor aponta as premissas que Aarão seguia em seu trabalho, sendo elas:

a) preservar para as futuras gerações todos os vestígios do processo construtivo, visando, ao máximo, evitar perdas para a memória da construção da nova capital; b) fixar, na memória da região e da Nação, a nova capital como símbolo da modernidade e do progresso (político, moral e técnico) pelo qual passava o País; c) construir uma relação indissociável entre a obra executada e o homem que a executou, associando todo o processo construtivo de Belo Horizonte aos princípios morais que eram caros àquele que o concebeu. (ARRAIS, 2010).

Com base nisso, fica claro que a construção de Belo Horizonte possuía um planejamento prévio e administrações empenhadas em dar seguimento na construção de uma cidade moderna ligada ao progresso. Esse progresso também conta com a paisagem da cidade, que foi construída tendo a Serra do Curral como plano de fundo, servindo de cartão postal para a cidade. Sendo assim, compreender a paisagem da Serra do Curral como plano de fundo da cidade de Belo Horizonte se torna importante para esse trabalho.

A serra possui um elo muito grande com a história de ocupação da cidade. A própria cidade foi planejada levando em consideração a presença da paisagem da Serra do Curral. Durante décadas a serra vem participando ativamente da memória e do planejamento da cidade de Belo Horizonte, fazendo parte do imaginário das pessoas. O próprio conceito de paisagem está atrelado a uma significância onde os sujeitos envolvidos na Serra do Curral experimentam e vivem a paisagem. Sendo assim, podemos falar em paisagem cultural, entretanto, ligada às experiências do sujeito, sentidas e vividas por ele, o que lhe permite significar a visão que ele contempla.

No livro “Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia” de 2006, Jean-Marc Besse discute o conceito de paisagem trazendo certa emergência da experiência, da consciência e do sentimento de paisagem na modernidade. O livro consiste na junção de seis ensaios do autor onde ele traz exemplos que facilitam o entendimento de sua visão sobre o conceito.

Besse entende a paisagem como uma forma de representação. A arte e a cartografia estariam andando lado a lado na forma de conceber o espaço experimentado. Pela arte, o indivíduo concebe a paisagem dentro de si, e, ao experimentar empiricamente essa paisagem, ele esboça nela a representação que possui dentro de si. Seria, portanto, seu recorte de realidade ou sua projeção e visão de mundo exterior dentro da sua interioridade. Sendo assim, cada grupo social presente na Serra do Curral, estaria projetando a paisagem presente em sua subjetividade, independente do tempo.

Ainda em Besse, em outra obra denominada “O gosto do mundo: exercícios de paisagem”, de 2014, o autor em uma junção de outros cinco ensaios nos chama atenção para a proximidade entre os conceitos de paisagem e território no intuito de melhor compreender a paisagem. Segundo ele, as atividades e as inscrições feitas ou produzidas pelas sociedades humanas na superfície terrestre, por motivos econômicos, políticos e/ou culturais fazem com que a paisagem se torne um espaço organizado e uma obra coletiva das sociedades (BESSE, p.219).

Uma vez compreendido isto, fica nítido com a Serra do Curral possui um vínculo muito forte com as pessoas que residem em Belo Horizonte, bem como outros agentes que possam de alguma forma, se relacionar com a serra. Mesmo passando por diversas modificações e ocupações, a serra sempre possuiu papel importante nessa paisagem e no imaginário das pessoas, sendo importante a sua preservação e a sua inclusão na administração pública.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Coleta de dados

Sendo o objetivo principal deste trabalho identificar quais são os conflitos territoriais presentes na Serra do Curral em decorrência de duas propostas distintas de tombamento para a mesma serra, o trabalho buscou, portanto, coletar os documentos de ambas as propostas que pudessem explicar ou justificar esses conflitos territoriais. O primeiro passo dado para a busca de informações acerca do tema foi realizar uma consulta em plataformas públicas de trabalhos acadêmicos que pudessem trazer informações sobre os tombamentos já realizados na Serra do Curral. Infelizmente nenhum trabalho foi localizado nas duas plataformas consultadas, sendo elas: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto.

Para realizar a busca em ambas as plataformas, o recorte temporal foi indeterminado, com o intuito de encontrar qualquer trabalho que se relacionasse com o tema, independentemente do ano de publicação. O tipo de documento a ser verificado também não possuía restrições, podendo variar entre artigos, dissertações e teses. O idioma e a localização das publicações também não foram definidos, uma vez que o recorte é a Serra do Curral, independentemente de onde o trabalho fosse publicado, bem como sua língua. Já quanto ao recorte das palavras-chave utilizadas, a busca foi pelas palavras “Serra do Curral”, “tombamento” e “paisagem”. No entanto, nenhuma obra contemplou a busca realizada.

Não havendo publicações em plataformas abertas como as duas mencionadas, o trabalho partiu para a próxima etapa, onde o levantamento dos dossiês de tombamento das duas propostas encontradas seria realizado. Sendo assim, um contato direto via e-mail e telefone foi realizado tanto com o IEPHA quanto com a FIEMG. Na primeira ligação propus que ambas as entidades enviassem por e-mail o arquivo do dossiê e também ofereci a oportunidade de realizarmos uma entrevista com algum representante das mesmas. Tanto o IEPHA quanto a FIEMG se mostraram favoráveis em relação à entrega do documento bem

como a definição de uma data para a entrevista, que seria mandada por e-mail. Infelizmente se passaram dias e nenhuma das entidades retornou com o e-mail e não confirmaram a entrevista. Um segundo contato foi realizado, tanto por e-mail quanto por telefone, onde o IEPHA novamente se prontificou a enviar o dossiê de tombamento e a FIEMG ao invés de se prontificar pediu que eu enviasse um e-mail para outro setor da entidade para que o gerente de meio ambiente pudesse analisar a solicitação. Poucos dias depois, o IEPHA cumpriu com o prometido e enviou o dossiê completo por e-mail, porém não confirmou a entrevista por falta de datas. Já a FIEMG permaneceu em silêncio e não retornou nem com o documento e nem com a solicitação para a entrevista. Um terceiro e último contato com a FIEMG foi realizado por telefone e não fui atendido e nem respondido por e-mail. Sendo assim, o trabalho buscou levantar 2 dossiês e realizar 2 entrevistas, porém, só alcançou 1 dossiê, com origem no IEPHA e não conseguiu realizar nenhuma entrevista

3.2 Análises

Para a realização dessa pesquisa, o método qualitativo foi utilizado, uma vez que a subjetividade também foi analisada e uma interpretação de dados não numéricos foi realizada (MARCONI & LAKATOS, 2003). Essa pesquisa possui um caráter de pesquisa explicativa, uma vez que buscou identificar e explicar quais são os conflitos territoriais existentes na Serra do Curral, bem como suas respectivas causas. Além disso, também se enquadra como uma pesquisa documental e bibliográfica, uma vez que utilizou dados vindos de fontes primárias, como o dossiê do IEPHA e dados advindos das bibliografias levantadas para dar suporte aos conceitos geográficos utilizados.

Partindo dessas definições e recortes feitos, houve uma primeira fase de análise para a realização da pesquisa, onde foi realizada uma sistematização dos dados. Nessa fase, uma vez que todos os dados foram coletados, houve uma apreciação de cada material recolhido. Como o trabalho teve acesso à apenas 1 dossiê, este foi analisado e classificado como o principal material a fornecer informações para o trabalho. Além desse dossiê, reportagens e trabalhos acadêmicos de sustentação também foram apropriados, apesar do dossiê ser a fonte principal de dados e foco de análise do trabalho.

Em uma segunda fase da pesquisa, os conflitos territoriais foram identificados, sistematizados e correlacionados com suas causas, conforme os dados levantados apontaram. Os agentes de uso e apropriação da Serra do Curral foram destrinchados, para que houvesse um entendimento de como eles ocasionam esses conflitos entre as territorialidades distintas presentes na serra.

Em uma terceira e última fase da pesquisa, foi feita uma análise do material sistematizado. Os conflitos territoriais existentes advindos das diferentes propostas de tombamentos foram compreendidos e associados aos diversos fatores inclusos nesses conflitos, como a ligação com a rede de interesses comerciais e políticos por trás das propostas de tombamento e a modificação da paisagem conforme a subjetividade e a maneira de se relacionar com a mesma para cada ator.

Portanto, a maneira como todos os materiais coletados nos levantamentos foram tratados pode ser classificada como análise de conteúdo (MORAES, 1999). Cada dado levantado foi analisado através da leitura de fragmentos essenciais, assim como o dossiê teve a análise centrada na espacialização territorial da proposta de tombamento, podendo evidenciar, junto aos demais textos e reportagens, os motivos para os conflitos territoriais.

Por fim, ainda como forma de classificar a metodologia que foi abordada, fica nítido o caráter de uma pesquisa básica, cuja finalidade não é apresentar um produto final e acabado. A pesquisa buscou discutir e analisar cientificamente um fenômeno político, econômico e social presente na Serra do Curral e fomentar a sequência do debate acerca da questão patrimonial na serra, fornecendo informações importantes acerca da mesma que podem fomentar também a continuidade da pesquisa em um possível Mestrado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 As duas propostas de tombamento

Como já mencionado nesse trabalho, foram identificadas duas propostas de tombamento para a Serra do Curral. A primeira proposta de tombamento para a Serra está vinculada ao IEPHA. Tal proposta projeta um teor paisagístico em relação a Serra do Curral, uma vez que está vinculada a uma entidade patrimonialista, cujo desejo é proteger, cuidar e vistoriar os patrimônios e artísticos do estado de Minas Gerais. Estando vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do estado de Minas Gerais, o Instituto tem como obrigação “atuar no campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Cabe ao Instituto pesquisar, proteger e promover os bens culturais de natureza material e imaterial de Minas Gerais.” (IEPHA, 2022). Sendo assim, novamente fica nítido a importância que a paisagem da serra representa para a cidade de Belo Horizonte e para o povo mineiro como um todo.

Ao entender a serra como parte da história de Minas Gerais, em especial para a história de Belo Horizonte, importante se faz compreender que a paisagem da serra para o

IEPHA representa a ideia apresentada por Besse (2006), onde paisagem é aquela que representa a visão e a experiência diária da sociedade com a realidade que lhe cerca. O IEPHA nada mais é que o caminho político e institucional para que essa paisagem seja reconhecida e protegida pelo poder público, com o intuito de valorizar a extensa história de uso e ocupação da serra.

Sendo assim, fica claro, de antemão, que os interesses do Instituto não possuem (ou não deveria possuir) vínculo com o setor industrial e financeiro do estado. Para o IEPHA, o que interessa é a preservação de todo e quaisquer patrimônio que seja de interesse coletivo e social para o povo de Minas Gerais. A Serra do Curral apresenta uma história rica e uma identificação importante para a história do estado, em especial com a grande capital, Belo Horizonte. Como já mencionado no tópico anterior, a serra possui séculos de vínculo com o crescimento urbano e com a identificação subjetiva das pessoas que já moraram ou transitam por perto da serra.

Sendo assim, em 2018 o IEPHA começou a elaborar um dossiê que visasse exatamente o tombamento da Serra do Curral, que percorre áreas que estão localizadas nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará. Tal dossiê foi terminado apenas em 2020, quando teve o seu documento apresentado ao público. Sendo assim, esse trabalho possui acesso ao documento na íntegra e pôde analisar a proposta de tombamento apresentada pelo Instituto através de textos e mapas.

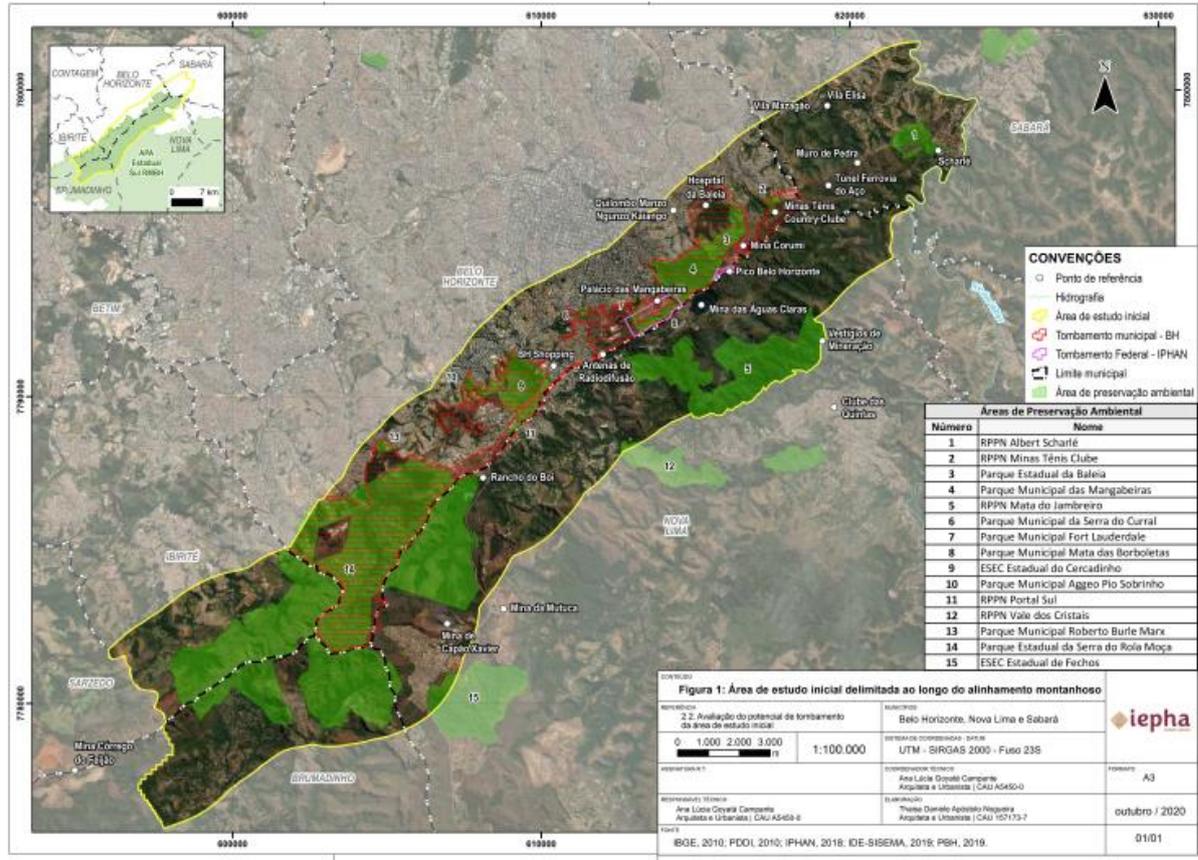


Imagem 2. Área de estudo inicial delimitada ao longo do alinhamento montanhoso. O mapa contido na figura demonstra todo o cumprimento da Serra do Curral nos estudos iniciais elaborados pelo IEPHA. FONTE: IEPHA.

O mapa contido na imagem acima demonstra a área onde o Instituto iniciou seus estudos de tombamento. Como consta no dossiê, diversos critérios foram utilizados para o início dos estudos de tombamento da Serra. Sobre esses critérios o documento aponta a seguinte justificativa:

Conforme definição do Edital de Licitação, a área de estudo deste Dossiê abrangeu a crista da Serra do Curral, que configura o alinhamento montanhoso que se estende desde o município de Sabará (extremidade NE) até os limites municipais de Belo Horizonte, Nova Lima, Ibituripe e Brumadinho – estes dois últimos na extremidade SW. Foi definido que as porções a serem estudadas para a definição das áreas de proteção deveriam incluir a área atualmente tombada pelo município de Belo Horizonte, assim como uma área de superfície equivalente localizada no município de Nova Lima, tomando-se como eixo aproximado de simetria a crista da Serra do Curral, que constitui limite territorial entre os dois municípios. (IEPHA, 2018).

Como menciona o trecho e também se encontra destacado no mapa, já existem algumas áreas tombadas no território que recobre toda a Serra do Curral. O próprio município de Belo Horizonte possui territórios tombados na Serra (sob a cor vermelha no mapa), assim

como o Governo Federal, através do IPHAN (sob a cor púrpura no mapa). Mas ao que diz respeito propriamente ao interesse patrimonial, na visão do IEPHA, a área de interesse é a área que recobre parte dos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará, sendo esta a área onde as maiores dinâmicas sociais e culturais ocorreram através dos anos. Veja os mapas contidos nas imagens abaixo:

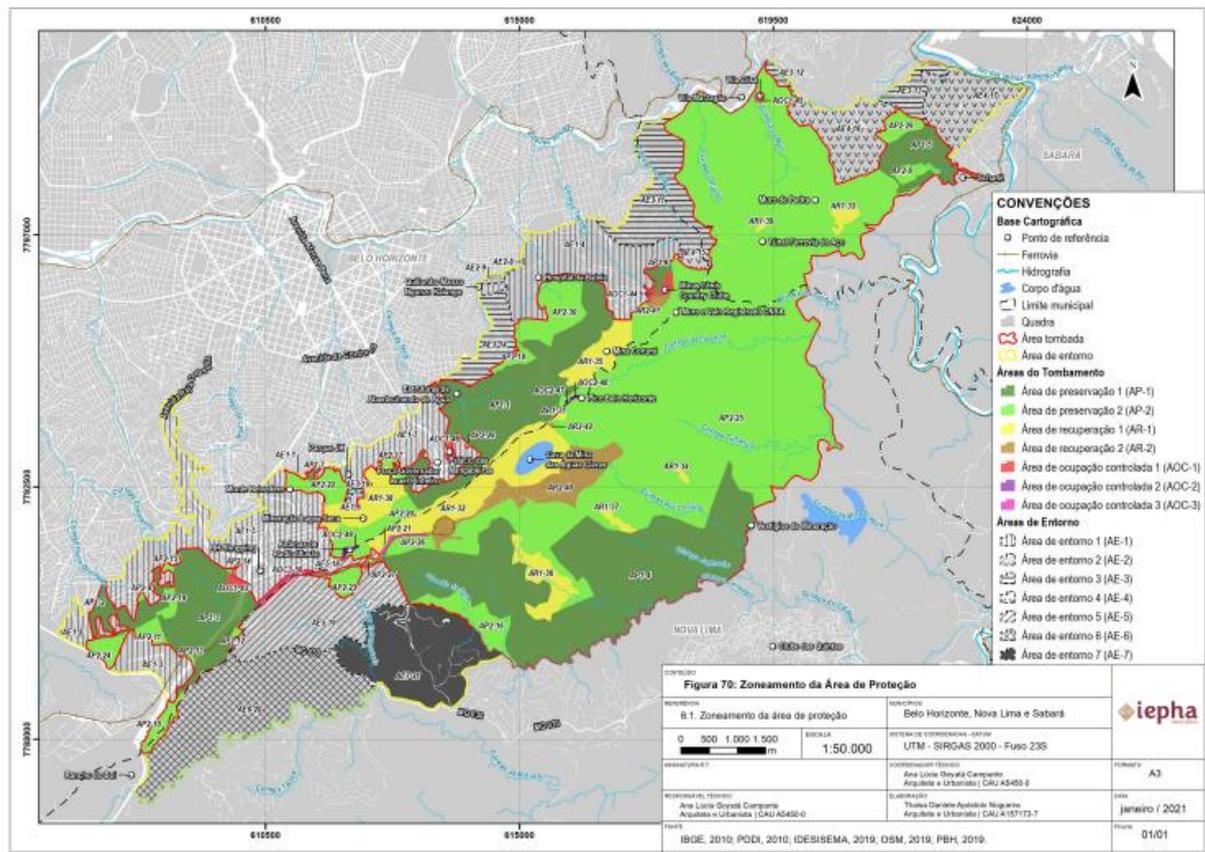


Imagem 3. Zoneamento da Área de Proteção. Esse é o mapa final da área a ser tombada pelo dossiê do IEPHA. FONTE: IEPHA.



Imagem 4. Mapa final da área a ser tombada pelo IEPHA na Serra do Curral. FONTE: G1

Tanto a Imagem 3 quanto a Imagem 4 apresentam o mapa do território em que o IEPHA pretende fazer o tombamento na Serra do Curral. Essa área está contida no interior do mapa apresentado na Imagem 2. A Imagem 3 foi retirada do próprio dossiê analisado por esse trabalho. Já a Imagem 4 foi retirada de uma reportagem do site de notícias G1. Sendo assim, fica visível que o IEPHA possui uma metodologia de análise da paisagem da serra, buscando elencar elementos e razões detalhadas para recortar de maneira eficiente a área a ser tombada e reconhecida socialmente como digna de tombamento.

A segunda proposta está ligada à FIEMG, uma entidade cuja finalidade é representar “a indústria do Estado e atua na defesa de seus interesses local e nacionalmente”. (FIEMG, 2022). Tal federação atua oferecendo apoio financeiro, ambiental e trabalhista para as indústrias e empresas filiadas na federação. A FIEMG possui atuação acessível para todos os municípios do estado de Minas Gerais, possuindo Câmaras e Conselhos, sendo que estes espaços são importantes na integração das indústrias mineiras, uma forma de fomentar uma melhor interação das indústrias do estado.

Sendo assim, fica claro que tal federação possui seus interesses voltados para as indústrias que a compõe. Uma vez que uma dessas empresas (Taquaril Mineração S/A, conhecida como Tamisa) possui o interesse minerário na Serra do Curral, é de se imaginar que a FIEMG atuará buscando atender os interesses da empresa, apesar da federação também se comprometer com a ética e o respeito ao meio ambiente e as questões sociais. Com base

nesse cenário, a FIEMG vem estudando uma proposta de tombamento para a Serra do Curral onde uma parte da serra, onde está localizada a Fazenda Ana da Cruz, estaria de fora dessa proposta de tombamento, como aponta uma reportagem do G1 de junho de 2022.

Com base na reportagem, a área onde está localizada a Fazenda Ana da Cruz possui jazidas de minério de ferro, recurso mineral que interessa a Tamisa. Como já mencionado nesse trabalho, a forma de uso e apropriação dessa empresa se dá através do Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril, e tem fundamentação na FIEMG. Uma vez constatado isso, tal proposta atenderia a um interesse empresarial.

Segundo a reportagem do G1 já mencionada neste trabalho, a FIEMG busca preservar o patrimônio cultural do estado de Minas Gerais ao mesmo tempo em que busca manter as atividades da empresa em funcionamento, sem causar danos patrimoniais e ambientais. A proposta da FIEMG não apresentou um documento público de fácil acesso, além de não atender as solicitações feitas por esse trabalho para que essa proposta pudesse ser mais bem analisada e estudada para comprovar as afirmações dadas pela empresa na reportagem do G1. Na imagem abaixo, retirada da reportagem, há o mapa da proposta de tombamento da federação, bem como a localização da Fazenda Ana da Cruz. A área cujo interesse é o tombamento está sob a cor vermelha, enquanto que sob a cor amarela, está a Fazenda Ana da Cruz. A área sob listras verdes na diagonal representa a área já tombada pelo município de Belo Horizonte.

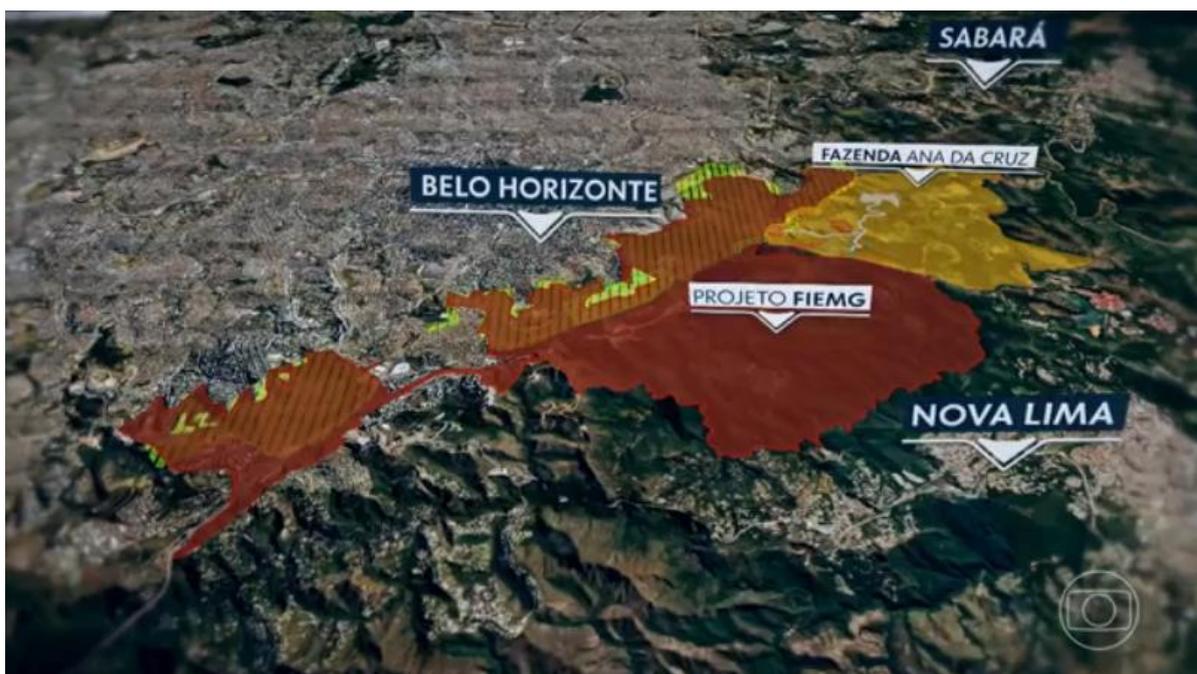


Imagem 1. Mapa da proposta de tombamento da FIEMG para a Serra do Curral e a localização da Fazenda Ana da Cruz, que está fora da proposta de tombamento. FONTE: G1.

Por fim, vale destacar também que patrimônio, para este trabalho, pode ser entendido como um bem comum de determinada sociedade ou determinado grupo social, onde a preservação e a sua manutenção devem ser mantidas para que as futuras gerações tenham conhecimento da sua história coletiva a partir desses patrimônios (MARTINS, 2016).

Sendo assim, o ato de tombamento determinado objeto, local, prédio, etc., visa exatamente oficializar e institucionalizar algo como merecido de ser preservado e protegido. Algo tão simbólico para uma sociedade que mereça a proteção coletiva e seu devido valor reconhecido. Logo, se essa monografia visou analisar propostas de tombamentos para a Serra do Curral, estamos, novamente, falando sobre subjetividade, assim como nos conceitos de paisagem e territorialidades. Afirmando isso na medida em que, ao observar o que cada grupo social deseja tombamento, podemos também observar a subjetividade de cada grupo, observando quais são seus interesses, valores e o que é importante ou caro para esses grupos. Sobre isso, Walkiria Maria de Freitas Martins afirma:

Nesse contexto, é que se insere a questão do patrimônio. Os bens protegidos, frutos da ação de um grupo social ajudam a compor a sua paisagem. Assim, analisar as práticas patrimonialistas e seu processo de construção, nos dá acesso à subjetividade desse grupo social. (2016, p. 3)

Portanto, fica claro que, na medida em que cada grupo possui uma subjetividade, a questão do que é ou não um patrimônio pode mudar assim como cada grupo contempla e experimenta a paisagem que o cerca. Logo, a maneira de se territorializar também será diferente, podendo aparecer conflitos entre territorialidades distintas.

4.2 Os conflitos territoriais

Uma vez apresentadas ambas as propostas de tombamento presentes na Serra do Curral, o trabalho obteve como resultado a presença de conflitos existentes na Serra do Curral, especificamente nas áreas onde existem as duas propostas de tombamento, uma vinculada à FIEMG e a outra o IEPHA como já detalhado nesse trabalho. Nas apresentações das propostas realizadas em tópicos anteriores ficou bem ilustrada a espacialização territorial de cada proposta. Cabe agora demonstrar as causas que geraram tais conflitos.

O primeiro ponto a ser levantado é como cada agente envolvido enxerga e se territorializa no território da Serra do Curral. A FIEMG, como o próprio nome diz, faz referência às empresas e indústrias, entre elas a Tamisa (empresa com um grande interesse em explorar a Serra do Curral). Sendo assim, a territorialidade gerada por esse agente estará ligada ao interesse da empresa na Serra. Prova disso foi a retirada da Fazenda Ana da Cruz da

proposta de tombamento, uma área que pertence a Serra do Curral, mas se encontra exatamente onde se localizam as jazidas de minério de ferro.

Uma vez apontado tal ponto, fica claro que, mesmo entendendo que possa haver uma importância por trás do tombamento da serra, ainda sim, os interesses econômicos e minerários são mais importantes que o interesse patrimonial. A paisagem vivenciada por essa empresa na serra está intimamente ligada com sua atividade exploratória que gerará lucros para a empresa.

Já o IEPHA, um instituto ligado à preservação do patrimônio histórico e cultural possui outro olhar sobre a paisagem da Serra do Curral. Tal Instituto, como bem aponta seu dossiê apresentado nesse trabalho, enxerga a serra como parte da história do povo mineiro, em especial da região metropolitana. Preservar a serra é o mesmo que preservar os povos e as gerações que, de alguma forma, se relacionam com a mesma.

Uma vez entendido isso, fica claro que a maneira como o IEPHA se territorializa na serra será diferente da maneira como a FIEMG se territorializa, uma vez que não há interesses ligados ao capital gerado pela extração de minério de ferro ou outro recurso mineral. Os interesses patrimoniais e coletivos da serra estão à frente dos interesses econômicos, o que coloca, por exemplo, a Fazenda Ana da Cruz no território a ser tombado na serra. É nesse momento em que o maior conflito fica explícito: dois agentes distintos, de origens distintas, com vinculações distintas e grupos sociais distintos tentando tomar o mesmo território, porém com uma área em específica possuindo divergências devido aos interesses divergentes.

Tal conflito faz com que haja uma disputa territorial em cena, o que gerará, por consequência, conflitos políticos e sociais em torno da serra. A disputa está tramitando na justiça de Minas Gerais e, recentemente (novembro de 2022), teve um pedido da Prefeitura de Belo Horizonte ao STF para o retorno das discussões o mais breve possível acerca do tombamento da Serra do Curral por parte do CONEP, que está temporariamente paralisado. Enquanto uma definição concreta por parte dos órgãos competentes não acontece, a Tamisa também está temporariamente impedida de explorar a região, apesar de já possuir a licença autorizada pela COPAM. (ESTADO DE MINAS, 2022).

Tal embate político e social gira em torno do embate territorial. A Tamisa enxerga na Serra do Curral uma boa localidade de exploração, uma vez que se encontra no meio de uma região metropolitana, tendo fácil acesso à mão de obra, maquinário, insumos e mercado

consumidor, além de boas relações com políticos de influência e outros empresários. É exatamente essa a maneira pela qual uma empresa de mineração age sobre o território. (IORIO, 2019).

As duas propostas existentes de tombamento a nível estadual para a Serra do Curral surgiram ao mesmo tempo e isso não pode ser considerado uma coincidência, tendo em vista que o dossiê do IEPHA já vinha sendo preparado desde 2018. O que fica posto nas entrelinhas é uma resposta rápida do setor industrial-minerário para que a Serra do Curral não seja tombada da maneira como o Instituto citado deseja. Tal tombamento colocaria em risco os interesses financeiros das empresas envolvidas (em especial a Tamisa). Sendo assim, foi nesse caldeirão de possibilidades e cenários conflitantes que a FIEMG apresentou uma contraproposta que pudesse equilibrar os interesses empresariais frente ao interesse patrimonial apresentado pelo IEPHA.

A imagem abaixo demonstra lado a lado a diferença entre as duas propostas de tombamento e, conseqüentemente, qual é o território em disputa:

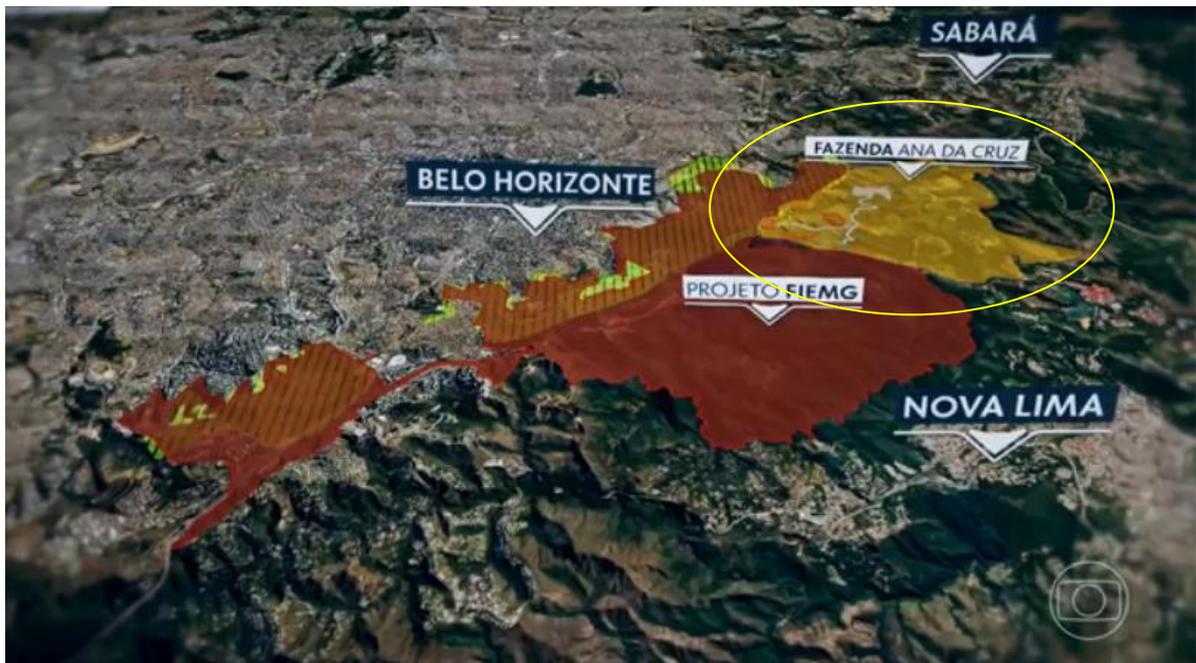


Imagem 5. Território em disputa pela FIEMG para não ser tombado. (FONTE: G1)



Imagem 6. Território em disputa pelo IEPHA para ser tombado. (FONTE: G1)

Como bem demonstrado na imagem acima, o desejo de tombamento de ambos os agentes são exatamente as mesmas áreas, exceto na área circulada em ambos os mapas, que é a Fazenda Ana da Cruz, onde se encontram as tão preciosas jazidas de minério de ferro. Apesar do embate ainda não ter chegado ao fim, fica claro que territorialidades distintas podem ser ocasionadas por maneiras distintas de se relacionar com o território e de enxergar a paisagem vivida e experimentada como aponta Besse (2006).

Possuindo cada um dos agentes olhares distintos sobre essa paisagem e maneiras diferentes de se territorializarem, o conflito está armado e promete perdurar até que haja uma conclusão definitiva e inquestionável por parte dos órgãos competentes. Enquanto houver a possibilidade de recursos judiciais nenhuma das partes pretende abrir mão de seus interesses. Cabe ao meio acadêmico e a sociedade permanecer firmes na análise e observação de tal conflito, no intuito de democratizá-lo e proteger nosso direito de preservar a nossa história e o nosso patrimônio.

Ainda na análise dos conflitos territoriais gerado pelas diferentes propostas de tombamento para a Serra do Curral vale destacar também que o conceito de territorialidade é um desdobramento do conceito de território (HAESBAERT, 2007). Sendo assim, o conceito de território está intimamente ligado à política, às relações de poder e às questões sociais que envolvem o contexto da Serra do Curral na atualidade

Esse conceito, portanto, está atrelado às relações de poderes, à política e as questões

sociais que dizem respeito a Serra do Curral na região fronteira entre Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará. As relações presentes entre essas cidades, as entidades envolvidas e as pessoas que estão ligadas a essa região fazem com que diferentes territórios sejam identificados. Mais do que territórios, podemos falar em territorialidades, uma vez que as relações de poder e a política vêm se fazendo muito presentes nos últimos três anos. Sobre isso, Rogério Haesbaert pondera:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (2007, p. 22)

Sendo assim, a territorialidade também diz respeito aos significados que as pessoas ou os agentes que fazem o uso e a apropriação desses territórios possuem. A cultura de cada grupo ajudará a orquestrar a maneira pela qual essas pessoas se identificam e convivem em determinada localidade. Uma vez entendendo isso, também fica claro que grupos hegemônicos tendem a se territorializar conforme seus interesses e a sua maneira de enxergar o território. A Serra do Curral, ao possuir minério de ferro, desperta o interesse da mineração, por exemplo. Isso faz com que empresas ligadas à mineração, como a Tamisa, tenham uma territorialidade conforme os interesses da empresa. Esse interesse, entretanto, pode não estar ligado aos interesses de grupos que buscam a preservação histórica, paisagística e cultural da Serra do Curral, como o IEPHA, por exemplo. Isso gerará conflitos entre territorialidades distintas em que as relações de poder atuarão de forma antagônica, cada uma tentando usar e ocupar a serra conforme seus interesses e significados. Sobre isso, Haesbaert também fala o seguinte:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) - como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante. (2007, p. 23).

No que diz respeito especificamente ao tema dessa pesquisa, a mineração possui uma lógica própria de especialização, e, dentro dessa lógica, também há conflitos e problemas que poderão ser observados na Serra do Curral. A territorialidade buscada pela Tamisa, empresa com o maior interesse minerário nessa região da serra, buscará atender à sua lógica de funcionamento, isto é, buscar mão de obra, matéria prima, logística, etc. Sobre isso Gustavo

Iorio aponta:

Nestes territórios, o acesso e o controle de recursos, do sistema logístico, de propriedades rurais e urbanas, etc. é essencial para as empresas, que acabam por produzir uma territorialidade que restringe ou impede o acesso de pessoas a determinadas áreas, causando conflitos diversos (2019, p. 36).

Sendo assim, entender o território e sua derivação em territorialidades foi fundamental para este trabalho, uma vez que foi a partir dessas distintas territorialidades que identificamos e compreendemos os conflitos existentes na região. O significado, a representação e a maneira pela qual cada grupo se envolve e se identifica com a serra gerará um discurso que entra em atrito com os demais.

Uma vez feito todas essas observações fica nítido uma mudança muito grande no que diz respeito à mudança de olhar sobre a Serra do Curral (ou então uma divisão muito forte de olhares). Se nas décadas passadas havia um olhar paisagístico sobre a serra, onde a sua importância dizia respeito ao próprio planejamento da cidade de Belo Horizonte e as cidades da região metropolitana, agora há um interesse comercial muito grande.

De Aarão Reis e Oscar Niemeyer ao início da terceira década do século XXI houve modificações no interesse político no que diz respeito ao posicionamento do estado de Minas Gerais. Se antes a serra entrava no planejamento da região, agora ela pode ser um empecilho para o mercado e as empresas que desejam ocupar a serra, atendendo aos interesses territoriais do setor da mineração. Tal ocupação pode colocar em risco a preservação da serra e da história mineira, em especial na cidade de Belo Horizonte.

Sendo assim, o trabalho constata que com o passar das décadas, até o atual recorte estudado pelo trabalho, houve modificações importantes no setor público e privado, no que diz respeito a Serra do Curral e sua preservação e valorização se tornando, recentemente, alvo e cobiça das empresas de mineração. Logo, necessário se faz manter o enfoque sobre as propostas de tombamento até que uma definição sobre o uso e ocupação da serra por parte do setor minerário seja definido.

Portanto, também se pode notar um elo profundo entre a paisagem e o território, os dois principais conceitos para esse trabalho. Sendo a paisagem algo ligado à subjetividade e, ao mesmo tempo, à construção coletiva, o território seria a divisão política dessa construção coletiva. A maneira pela qual cada grupo concebe a paisagem gerará uma representação transcrita em territorialidades que, ao se fundar nas relações políticas, gerará conflitos territoriais. Tais conflitos estão no coração do tema dessa monografia e foram destrinchados

no tópico anterior.

Os interesses políticos

Após discutir os resultados obtidos acerca dos conflitos existente na serra e que são decorrentes das diferentes propostas de tombamento, também se faz importante apontar a rede de interesses políticos por trás de tais propostas. Como já mencionado anteriormente há uma relação de parentesco e aproximações políticas/partidárias entre alguns dos agentes envolvidos nos processos de tombamento e interesse na exploração minerária na Serra do Curral.

O primeiro ponto que corrobora tal afirmação é a ligação de um dos sócios da Tamisa, Guilherme Machado, onde este é primo da presidente do IEPHA, Marília Machado. O segundo ponto que também corrobora com o que esse trabalho obteve como resultado é a informação de que consta no quadro de diretores e sócios da Tamisa um filiado ao Partido Novo, partido este que também é o partido do governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema. Como se não bastasse tais relações, há um terceiro ponto que é o que aponta que a campanha do governador de Minas Gerais nas eleições gerais de 2018 teve 11% de seu faturamento vindo da mão de mineradoras, o que demonstra a importância desse setor nas atenções e ações do governo estadual.

Um quarto e último ponto que fortalece a existência de uma rede de interesses por trás de uma das propostas de tombamento da Serra do Curral é o de que o prefeito de Nova Lima é um ex funcionário da Vale S. A, uma outra mineradora forte em Minas Gerais e no Brasil. Sendo assim, agentes de diferentes ramos estão agindo de forma conjunta para atender aos interesses econômicos na serra, o que pode prejudicar a preservação ambiental e patrimonial da mesma.

Uma vez apontado tais elementos, fica explícito, no que diz respeito ao entendimento e aos resultados que esse trabalho chegou que, de fato, existe uma rede de interesses políticos e econômicos por trás das propostas de tombamento da Serra do Curral, principalmente na proposta vinda da FIEMG, onde tal proposta, ligada ao setor industrial e, conseqüentemente, ao setor econômico, pretende tomba a Serra do Curral excluindo áreas que deveriam ser preservadas, mas que, devido ao seu valor econômico com a presença de jazidas de minério de ferro, virou alvo de empresas que exploram tal recurso. Isso faz com que essas empresas possam praticar *lobby* no Governo Estadual, prática esta que visa pressionar ou influenciar as decisões políticas que beneficiam determinados grupos, geralmente ligados ao setor

econômico.

O Governador do estado de Minas Gerais ao receber doações expressivas de empresas ligadas ao setor da mineração pode sofrer pressões para que tais empresas consigam ter acesso às áreas que possuem um valor comercial para essas empresas. A Tamisa, por exemplo, ao possuir vínculos como a FIEMG e ter um de seus sócios com parentesco com a presidente do IEPHA, Instituto ligado à Secretaria de Estado de Cultura e esta última vinculado diretamente ao Governador, pode fazer com que haja pressões que culminem em propostas de tombamento e exploração da serra onde os interesses econômicos fiquem acima dos interesses sociais, coletivos, patrimoniais e ambientais.

Assim sendo, este trabalho também chegou ao resultado de que há uma proposta ligada ao IEPHA, cuja preocupação principal é o tombamento das áreas que apresentam um valor simbólico e coletivo para o estado de Minas Gerais, apesar da ligação da presidente do Instituto com seu primo, sócio da Tamisa, e uma proposta ligada à FIEMG, cujo interesse, apesar de também ser o tombamento, é garantir que o mercado ligado à mineração consiga seus territórios na Serra do Curral. Assim sendo, fica posto, novamente, a existência dos conflitos gerados e a rede de interesses políticos e econômicos por trás desses conflitos; conflitos estes que se tornam conflitos territoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar (ou pausar, tendo em vista que tal tema merece uma continuidade até o momento em que toda a situação sobre o tombamento da Serra do Curral seja definida) as discussões acerca desse tema, o trabalho entende que o tombamento da Serra do Curral apresenta pontos importantes que merecem atenção. Tais pontos como os conflitos territoriais e a rede de interesses políticos e econômicos precisam de um olhar vigilante da academia, da população, de órgãos governamentais e da imprensa, cujo papel foi de extrema importância para esse trabalho, expondo e divulgando elementos importantes para a construção da pesquisa feita.

A Serra do Curral é um elemento da paisagem de Minas Gerais, em especial da região metropolitana, que convive com o dia a dia de muitas pessoas e comunidades que percorreram a região ao longo dos séculos e das décadas. A serra possui um valor simbólico e ambiental muito importante para o estado. Uma vez entendido isso fica claro que o tombamento da serra é de extrema importância e relevância para o debate público. Em um contexto em que a serra deixou de ser tratada como parte fundamental do planejamento da

cidade de Belo Horizonte, da Região Metropolitana ou do estado de Minas Gerais para se tornar cobiça das empresas de mineração, o prosseguimento das análises em cima dos desdobramentos que o caso terá na esfera judicial de torna muito importante.

Sendo assim, este trabalho conclui que a Serra do Curral merece ter o seu tombamento assegurado pelas instâncias competentes e que, para tal, uma melhor apreciação das duas propostas existentes, a nível estadual de tombamento para a serra, precisa ser feita e amplamente divulgada, além do apontamento dos interesses por trás de cada uma. Para tal um apelo à imprensa e mídia livre deve ser feito para atingir o máximo possível de mineiros e pessoas interessadas no tema. Este trabalho também é uma forma de divulgação desse tema, ao ser aprovado na instância competente.

6 REFERÊNCIAS

ARRAIS, Cristiano Alencar. A CONSTRUÇÃO DE BELO HORIZONTE E O PROJETO DE MEMÓRIA DE AARÃO REIS. **Diálogos**, Maringá-PR, v. 14, n. 3, p. 579-603, nov./2010. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36247>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ARREGUY, Juliana. **MG: Doações, correligionário e prefeito ex-Vale aproximam Zema da mineração**. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/08/serra-do-curral-mineracao-partido-novo.htm>. Acesso em: 16/07/22.

BAHIA, Denise Marques. **A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, 2011.

BESSE, Jean Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

_____. **Ver a Terra. Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CASTRO, Rogéria Cristina Lopes de. **Avaliação da efetividade de gestão e do uso público no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – MG**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2007.

ESTILLAC, Bernardo. Tombamento da Serra do Curral é tema de nova audiência na Justiça. ESTADO DE MINAS. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/02/interna_gerais,1390924/tombamento-da-serra-do-curral-e-tema-de-nova-audiencia-na-justica.shtml. Acesso em: 05/11/22.

_____. **STF nega pedido da PBH sobre discussão de tombamento da Serra do Curral**. ESTADO DE MINAS. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/11/04/interna_gerais,1417299/stf-nega-pedido-da-pbh-sobre-discussao-de-tombamento-da-serra-do-curral.shtml. Acesso em: 05/11/22.

FENELON, André Naves. **Para quê e para quem é este cano? Registros e processos de enfrentamento à mineração extrativista a partir da microrregião de Viçosa (MG)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2018.

FIEMG. **O que é a FIEMG?**. Disponível em: <https://www7.fiemg.com.br/mais-sistema-fiemg>. Acesso em: 2 nov. 2022.

GOMES, Lucas Henrique. **Prima do dono da Tamisa, presidente do Iepha quer tombamento da serra do Curral**. O TEMPO, 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/prima-do-dono-da-tamisa-presidente-do-iepha-quer-tombamento-da-serra-do-curral-1.2672703>. Acesso em: 16/07/222.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. v. 9. n. 17, p. 19-45, 2007.

IEPHA. Dossiê para tombamento da Serra do Curral localizada nos municípios de Belo Horizonte, Nova Lima e Sabará. **IEPHA-MG**, Belo Horizonte-MG, v. 1, n. 1, p. 3-1615, nov./2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1TAXXDKPax10o5CNnlBTvNf2pLYgRZ_kN/view. Acesso em: 15 out. 2022.

IEPHA. **O IEPHA**. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/o-iepha>. Acesso em: 1 nov. 2022.

IORO, Gustavo S.; MAGNO, Lucas. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista Sapiência**, Iporá/GO, V.8, N.2, p.34-59, 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/9811>. Acesso em: 15/07/22.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG, entre 1980 e 2010**. 2016. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Superintendência de Projetos Prioritários. Estudo de impacto ambiental – EIA, Relatório de impacto ambiental – RIMA. **Projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST)**. Minas Gerais, 2020. Disponível em: <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/view-audiencia?id=172>. Acesso em: 15/07/22.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 17/07/22.

Prefeitura fecha na serra do curral por falta de licenciamento. G1, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/mg2/video/prefeitura-fecha-emprego-na-serra-do-curral-por-falta-de-licenciamento-10608782.ghtml>. Acesso em 16/07/22.

SANTOS, Adailton Damião dos. **Entre o machado do curupira e gameleiras encantadas: conservação da natureza, território e identidades na Serra do Brigadeiro, Zona da Mata Mineira (1976 a 2006)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2019

SILVA, Claudinei Heleno da. **Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): Agricultura Familiar e Mineração de Bauxita no município de Miradouro - MG**. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2012.

SILVA, Tatiane Cristina da. **Paisagem em conflito: um estudo de caso do processo de**

implantação do Parque Estadual Serra do Brigadeiro e seu impacto junto aos agricultores locais. 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania). Universidade Federal de Viçosa – UFV, Viçosa, MG, 2017.